

## HISTÓRIA INTELECTUAL E SOCIOLOGIA DA CULTURA

## INTELLECTUAL HISTORY AND SOCIOLOGY OF CULTURE

Lidiane Soares Rodrigues\*

Ana Paula Hey\*\*

CHARLE, Christophe; JEANPIERRE, Laurent. *La vie intellectuelle en France*. Vol 1. – Des lendemains de la Révolution à 1914 (653p.); Vol. 2. – De 1914 à nos jours. Paris: Éditions du Seuil, 2016. (911p.)

*La vie intellectuelle en France* é constituído de dois corpulentos volumes – a saber: *Des lendemains de la Révolution à 1914*(v. 1) e *De 1914 à nos jours* (v. 2) – que reúnem cerca de 1500 páginas e mais de uma centena de pesquisadores, oriundos de diversos países e em fases distintas de suas carreiras. Os organizadores optaram por uma divisão em quatro partes – e apresentá-las é também ressaltar as duas disciplinas mais relevantes deste empreendimento: História e Sociologia.

As duas primeiras partes encontram-se no primeiro volume, denominando-se “O tempo das profecias (1815-1860)” e “O tempo dos agrupamentos (1860-1914)”, antecedidas por uma visão panorâmica apresentada no ensaio de abertura “Heran-

ças – das luzes ao Império”. A terceira e a quarta partes encontram-se no segundo volume, são elas: “O tempo dos combates (1914-1962)” e “Le temps des cerises (de 1962 aos dias atuais)”. No primeiro volume, cada uma destas partes são subdivididas em quatro capítulos: “Espaços públicos”; “Saberes e ideias políticas”; “Estética”; “Intercâmbios” (no segundo volume, “Saberes e ideias políticas” é segmentado em dois capítulos autônomos). Cada uma das partes e cada um dos capítulos iniciam-se com um artigo de síntese, elaborado por especialistas dos respectivos assuntos, sendo sucedidos por “esclarecimentos e enquadramentos”, dirigidos a setores da produção simbólica (artes, edições, imprensa, sistema escolar, campo científico, indústria cultu-

\* Doutora em História pela USP e Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar (São Carlos/SP/BR). lidianesrgues@gmail.com.

\*\* Doutora em Sociologia da Educação pela UFSCar e Professora do Departamento de Sociologia da USP (São Paulo/SP/BR). anaphey@uol.com.br

ral), em figuras incontornáveis e nos tipos de intercâmbio (internacionais, interdisciplinares) que dominaram cada período. O primeiro volume abre-se com um preâmbulo (“História intelectual, modos de usar”) e o segundo se encerra com uma conclusão geral (“O antigo e o novo”).

Os parâmetros editoriais brasileiros não comportariam a ambição dos volumes em questão. E, talvez, seu leitor típico, habituado ao acanhamento deste mercado, poderia confundir-se, supondo estar diante de uma variante de dicionário ou de divulgação trivial. Ledo engano. Sem ser dicionário, o gênero da obra é o mesmo de sínteses gerais, mas conta com verticalização factual e analítica, sendo exemplar disso o artigo de Jean-Yves Mollier (no volume 1, “Europe des intellectuels contre Europe de la Sainte-Alliance”). Efetivamente, extrai-se do conjunto uma visão global das tendências estruturais e das transformações que caracterizam os dois séculos cobertos pelo projeto. Sem ser divulgação, pode interessar o público culto constituído de não-pesquisadores. A racionalização do acúmulo de investigações parece ser a pedra de toque desse programa coletivo. Nenhum dos pesquisadores poderia efetivá-lo individualmente. Porém, reunindo suas pesquisas particulares, encaminhadas no interior de uma concepção comum a respeito de como História e Sociologia podem ser articuladas e, compartilhando algumas posições teórico-metodológicas elementares, viabilizaram uma obra digna de nota. A respeito das *expertises* das duas disciplinas, vale assinalar: a História organiza a vida e a experiência social temporalmente, e a Sociologia, em formas coletivas? Sem dúvida. Mas esta evidência – notável nos títulos e na composição dos volumes acima apresentados –, não ultrapassa a superfície

de uma interdisciplinaridade meio canhestra. Os organizadores do livro, Christophe Charle e Laurent Jeanpierre, ambicionaram muito mais, e situam-se também num combate político contra a ofensiva anti-intelectualista que tem pontilhado a vida pública francesa.

Christophe Charle já havia sentenciado, em seu *Homo Historicus*, que as dimensões historiográficas da obra do sociólogo que mais inspira esse projeto, Pierre Bourdieu, têm sido ignoradas. Sendo seus seguidores majoritariamente sociólogos e filósofos, estariam pouco inclinados a perceberem as operações historiográficas presentes nos procedimentos sociológicos do autor, em particular: a) o comparativismo intraeuropeu; b) o elo estreito entre campo intelectual e campo político; c) a historicização dos conceitos (CHARLE, 2013, p. 64-65). Essas advertências parecem animar tanto os organizadores quanto sua equipe, pois as adotam na concepção global do livro e nas análises particulares que apresentam. Não por acaso, os organizadores remontam à controvérsia clássica de 1903, quando um durkheimiano, François Simiand, denunciou os vícios da historiografia: a idolatria dos *individuos*, dos *períodos* e da *política* (SIMIAND, 1903, apud CHARLIES & JEANPIERRE, 2016, v. 1, p. 9). Para eles, ao contrário do que se observa no desenvolvimento de temas, isto é, uma inovação fertilizante propiciada pelo intercâmbio entre as disciplinas, a bibliografia que trata da “vida das ideias” permanece estagnada por aqueles vícios. Daí um dos paradoxos que os atçou a realizar a façanha deste livro: embora a França seja um país em que os intelectuais são objeto de adoração escolástica e holofotes midiáticos, alcançando certo “culto público” (v. 2, p. 841), não há uma obra panorâmica da história intelectual.

tual abrangendo o período entendido como “contemporâneo”, ou seja, da Revolução Francesa aos dias atuais. Nesse sentido, trata-se de articular História e Sociologia recusando os males constitutivos da primeira, sem se deixar levar pela facilidade da aplicação de modelos da segunda. O modo mais econômico de resenhar o conteúdo do livro consiste em antepor aos três vícios aludidos procedimentos adotados na imbricação da História com a Sociologia, com vistas a superá-los. Eis o que se faz a seguir.

A convencional ordenação que consiste em parcelar em correntes o tempo, o espaço social e as formas de organização da cultura, fazendo-os se sucederem em “ismos” – racionalismo, iluminismo, modernismo, vanguardismo, marxismo, pós-estruturalismo (BOSCHETTI, 2014) – é recusada pela obra. Por mais curioso que possa parecer, não são apenas livros de vulgarização e manuais que se aprazem com essas categorias. Ainda que sejam substancialmente resultado de *lutas de classificação*, elas tornam-se critérios de periodização e, por vezes, de explicação. Elaborado por uma das autoras mais conhecidas do leitor brasileiro, Gisèle Sapiro, o capítulo particularmente instigante a esse respeito recupera a sociogênese da categoria de “resistente” e de “colaborador” (no volume 2, “*Résistance et collaboration: la construction d’un paradigme*”), inviabilizando o uso inocente das mesmas. Como ela demonstra, não são categorias explicativas, mas classificações que demandam explicação.

A alternativa ao convencional tempo-espaço parcelado em “ismo” tem redundado em dispositivo igualmente preguiçoso: decretar a singularidade de tal autor, desse ou daquele artista e em seguida se render ao exercício da devoção, então justificado, do indivíduo criador inclassificável, do gênio

e de toda sorte de representações românticas. Daí o desfile de livros e obras voltados aos heróis, tomados como grandes autores/artistas e seus pequenos correlatos, eternamente salvos de um esquecimento sempre lembrado. Em geral, o que os move é a reprodução *ad nauseam* do que autores/artistas disseram, transformando o que disseram em explicação do que fizeram. Trata-se de pesquisas inteiramente controladas pelas demandas simbólicas de seus objetos. A este segundo “vício”, correlato ao terceiro, de idolatria da política, o projeto em questão opôs uma perspectiva que pode ser entendida como ir até às últimas consequências de uma diretriz que historicize o conceito de “campo”. O ponto vale um voltejo.

A alternativa aos “ismos” e ao “individualismo” poderia redundar numa visão compartimentada e estilizada da vida das ideias, sob a fachada de tratar de “campos relativamente autônomos”. Obviamente, a obra apresentada não o faz, porém não é raro observar este procedimento. Daí uma tendência temerária para os que apostam no potencial heurístico e interpretativo da teoria dos campos: a inflação e a multiplicação dos campos têm beirado a esterilização do conceito pela rotinização da palavra, beirando a comodidade epistêmica, que joga contra o bom método. Embora nenhum pesquisador verdadeiramente sério ignore os vasos comunicantes entre os campos relativamente autônomos, o fato é que muitos têm se confortado em só tratar de um domínio, o “seu campo” de estudo, que é “autônomo”, sem se ocupar da autonomização e da heteronomização como *processos que são dinâmicos* e não como *estados que sejam estáticos*. Ora, precisamente o percurso histórico de autonomização, e das forças opostas que o revertem em direção heterônoma, é o

fio condutor do livro. Não seria possível, portanto, uma “vida intelectual na França” que só tratasse de “intelectuais” no sentido convencional do termo. O projeto exige a análise dos intercâmbios com outros domínios da produção simbólica e do rumo mais ou menos autônomo que logram impor à fatura específica uns aos outros. Daí introduzir as ciências, as artes, a imprensa, a televisão e as mídias, empenhando-se em calibrar a centralidade que alcançam ou perdem em cada período. É exemplar dessa perspectiva o artigo enxuto e sagaz de Dimitri Vezyroglou, abordando a intelectualização do cinema (volume 2, “Os pensadores diante do cinema”).

A obra *La vie intellectuelle en France* introduz, na história estrutural da vida das ideias, as alterações de sensibilidade e das práticas sociais gravadas pela experiência tanto das guerras mundiais quanto da Argélia. A gradativa perda de centralidade da França no mundo atinge a autoimagem de seus intelectuais e as modalidades legítimas de trabalho que esposam, como chamam atenção os organizadores em “Aberturas e turbulências” (no volume 2). Atenta para a morfologia do público leitor e dos consumidores dos bens simbólicos, tanto os das zonas rebaixadas da hierarquia cultural quanto os do topo, recuperando a gênese da indústria da cultura no século XIX e os padrões cambiantes da relação entre produtores e consumidores, em função da democratização do ensino e das demandas simbólicas que os acompanham (tema de Charle no artigo “O antigo e o novo”, do primeiro volume). Ademais, indaga a respeito das contendas entre o campo intelectual e a televisão, sobretudo quando ela incorpora agentes oriundos dos centros de pesquisa e universidades. Destaque-se, a esse respeito, o artigo de Christian Delporte

(“Uma luta crescente pela atenção midiática”, no volume 2).

Tratou-se, em suma, de descompartimentar a vida intelectual, sem abandonar a perspectiva de diferenciação do espaço social. Daí a atenção simultânea aos movimentos de conjunto e às histórias setoriais (v. 2, p. 839). E, paralelamente, à imbricação entre as temporalidades e a vida social da produção simbólica. É salutar o artigo de Christophe Charle (“Fronteiras contestadas”, no volume 1) que discute os “agrupamentos” coletivos como uma das condições de possibilidade de existência para os projetos literários, culturais, científicos, posto que sejam como espaços de fixação de condutas orquestradas precisamente na fase que antecede a primeira guerra (1860-1914), marcada por recomposição e anomia sociais.

Já disse Pierre Bourdieu (2002) que o nacionalismo dos intelectuais tem níveis insuspeitos de intensidade. É como se eles fossem o protótipo do “cosmopolita sertanejo” engendrado pela modernidade: são apegados à sua língua, são capazes de universalizar a experiência humana a partir de suas pequenas rodas, são capazes de viajar o mundo e não saírem do lugar. Eis um motivo, entre outros, pelo qual as “histórias intelectuais” são, em geral, nacionalistas sem se darem conta. A esta perspectiva, e coerente com o espírito destemido e descompartimentado que caracteriza a obra, os organizadores e sua equipe opuseram-se tenazmente. Os dois volumes são pontilhados de análises a respeito da relação da França com os países estrangeiros. Por tratar-se de um país vocacionado ao imperialismo militar em algumas regiões e ao imperialismo simbólico em outras, a compreensão da estrutura e da dinâmica de sua vida das ideias seria incompleta sem exames voltados aos efeitos dos influxos com países estrangei-

ros. Vale dizer, situem-se tais países tanto em posições dominantes (Alemanha, Estados Unidos da América) como em posições dominadas (Brasil e vizinhos da América Latina), na relação com a França. Se a “crise alemã do pensamento francês”, isto é, os efeitos sofridos pela vida do espírito após a derrota de 1870, é um desses episódios sem os quais não se concebe uma história intelectual da França, vale sublinhar que no presente livro, ele ganha tratamento mais interessante. As relações com os estrangeiros, tomadas em conjunto, reequaciona a posição da Alemanha no leque das trocas possíveis com os não-franceses. É o que se evidencia no exame das línguas mais traduzidas para o francês, destacando-se, já em 1875, o inglês, e, posteriormente, o russo (v.1, p. 585). Tratar a vida intelectual do país como um mercado de trocas simbólicas, no qual a importação de bens das nações estrangeiras, assim como a exportação dos bens para elas, têm peso e sentido diferenciados, levou também ao instigante artigo de Marie Scot sobre o “antiamericanismo” entre os franceses (v. 2, p. 371-376).

Os organizadores não descuidaram de articular a todo tempo as hierarquias cambiantes – entre a “árvore das ciências e a árvore das artes” –, às relações de proximidade e distância, políticas e sociais, entre os intelectuais e as elites (religiosas, políticas, administrativas, econômicas, midiáticas), e à posição da França numa espécie de “República Mundial dos Saberes”. Voltados aos dois séculos que estruturaram o espaço em que trabalham, podem olhar o presente e reconhecer com segurança os “diferentes estratos de temporalidade” que o constituem (v. 2, p. 841). Só assim conseguem sair do “presentismo”, esta fonte de enganos que leva a confundir o novo com o presente, posto que destituído de senso históri-

co, sem o qual não se dimensionam padrões e repetições. Assim, linhas de continuidade estrutural e processual lançam luz em aparentes “eternos retornos” no plano das práticas e das representações. Por exemplo, a crescente centralidade do Estado francês como fiador de empreendimentos científicos e culturais; a proletarianização constante de professores, jornalistas, cientistas *pari passu* à democratização da cultura e à radicalização política, tanto à esquerda quanto à direita; a emergência sucessiva de ondas de anti-intelectualismo e antimodernidade, ora entre elites políticas ora entre os próprios intelectuais; a luta constante contra a mercantilização da vida simbólica; o avanço abrupto de novas técnicas e tecnologias intensificando o corte geracional e tornando conflitivos os mecanismos de transmissão cultural (v. 2, p. 840-851). O fim dos intelectuais? Sendo também este um ponto recorrente na história de longa duração reconstituída na presente obra, os organizadores sabem reconhecer nisso um equívoco. A insistência midiática nesta ideia, na França e alhures, nada mais oculta do que o fato de que as “eras” Zola e Sartre findaram, uma vez que se modificaram as condições em que se produziam os tais “maîtres à penser”. É mais difícil de se produzirem socialmente estas figuras, precisamente pois, ao contrário das sentenças categóricas a respeito do fim ou do silêncio dos intelectuais, hodiernamente eles são numerosíssimos e não se calam.

O livro de Charle e Jeanpierre é particularmente interessante para o leitor brasileiro: por um lado, imerso num mercado inchado de livros sobre intelectuais franceses e, por outro, tão seguro de suas convicções de pertencimento disciplinar quanto de suas boas intenções interdisciplinares. O enfrentamento das páginas dos dois volu-

mes convocaria um duplo arranhão nesse leitor acomodado. O primeiro consiste em uma desconfiança de que o mercado das traduções o deixa um pouco alheio ao que de melhor tem sido produzido sobre a vida intelectual francesa, posto que vivemos dos “ismos” e dos “indivíduos” justapostos às grandes linhas do contexto político, sem os nexos mais profundos da análise sociológica propriamente dita. Já o segundo, em um desafio à desfaçatez das boas intenções interdisciplinares, que afirmam recorrentemente que História e Sociologia devem ser articuladas, para em seguida decretarem a superioridade de uma em detrimento de honra da outra.

## Referências

BOSCHETTI, A. I. *Du réalisme au postmodernisme*. Paris: CNRS Éditions, 2014.

BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *ARSS*, n. 145, p. 3-8, 2002.

CHARLE, C. *Homo Historicus. Réflexions sur l'histoire, les historiens et les sciences sociales*. Paris: Armand Colin, 2013.

**Aprovado em: 11/10/17**

**Recebido em: 19/12/17**